

MATÉRIAS

CONHECIMENTOS GERAIS

1. LÍNGUA PORTUGUESA
2. REGIMENTO INTERNO
3. MATEMÁTICA
4. ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

5. DIREITO CONSTITUCIONAL
6. DIREITO ADMINISTRATIVO
7. DIREITO DO TRABALHO
8. DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO
9. DIREITO CIVIL
10. DIREITO PROCESSUAL CIVIL
11. DIREITO PREVIDENCIÁRIO
12. DISCURSIVA

1. LÍNGUA PORTUGUESA

- 1 Ortografia oficial. Acentuação gráfica.
- 2 Flexão nominal e verbal.
- 3 Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.
- 4 Emprego de tempos e modos verbais.
- 5 Vozes do verbo.
- 6 Concordância nominal e verbal.
- 7 Regência nominal e verbal.
- 8 Coordenação e Subordinação entre orações.
- 9 Mecanismo de coesão de textual.
- 10 Ocorrência de crase. Pontuação.
- 11 Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas).
- 12 Intelecção de texto.

2. REGIMENTO INTERNO

Título I: Capítulo I ao VIII e Título V: Capítulo I e II.

3. MATEMÁTICA

- 1 Números inteiros e racionais: operações(adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação).
- 2 Expressões numéricas.
- 3 Múltiplos e divisores de números naturais.
- 4 Frações e operações com frações.
- 5 Números e grandezas proporcionais: razões e proporções.
 - 5.1 Divisão em partes proporcionais.
- 6 Regra de três.
7. Porcentagem.
- 8 Problemas.

4. ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

- 1 Processo organizacional: planejamento, direção, comunicação, controle e avaliação.
- 2 Gestão Estratégica: excelência nos serviços públicos.
 - 2.1 Gestão estratégica do Poder Judiciário brasileiro: ferramentas de análise para gestão e planejamento estratégico, tático e operacional.
 - 2.2 Balanced scorecard, estratégias, indicadores de gestão, gestão de projetos, gestão por competências.
- 3 Gestão pública eficiente, eficaz e efetiva.
 - 3.1 PDCA, monitoramento e avaliação.
 - 3.2 Estrutura organizacional, cultura, liderança e clima organizacional, controle do patrimônio público.
 - 3.3 de gestão pública: ética no serviço, gestão de pessoas e gestão de processos, simplificação de rotina de trabalho.
- 4 Princípios da administração pública, princípios gerais da administração.

5. DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1 Constituição: princípios fundamentais.
- 2 Da aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais; vigência e eficácia das normas constitucionais.
3. Poder Constituinte: originário e derivado.
- 4 Controle de constitucionalidade: sistemas difuso e concentrado; ação direta de inconstitucionalidade; ação declaratória de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- 5 Dos direitos e garantias fundamentais: dos direitos e deveres individuais e coletivos; dos direitos sociais; dos direitos de nacionalidade; dos direitos políticos.
- 6 Da organização político-administrativa: das competências da União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.
 - 6.1 Intervenção Federal.
- 7 Da Administração Pública: disposições gerais; dos servidores públicos.
- 8 Da organização dos Poderes.
- 9 Do Poder Executivo: das atribuições e responsabilidades do Presidente da República.
- 10 Do Poder Legislativo.
 - 10.1 Congresso Nacional: das atribuições do Congresso Nacional
 - 10.2 Processo legislativo.
 - 10.3 Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
- 11 Do Poder Judiciário: disposições gerais; do Supremo Tribunal Federal; do Superior Tribunal de Justiça; dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais; dos Tribunais e Juízes do Trabalho.
- 12 Das funções essenciais à Justiça: do Ministério Público; da Advocacia Pública; da Advocacia e da Defensoria Públicas.

6. DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1 Administração pública: princípios básicos.
- 2 Poderes administrativos: poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder.
- 3 Serviços Públicos: conceito e princípios; delegação: concessão, permissão e autorização.
- 4 Ato administrativo: conceito, requisitos e atributos; anulação, revogação e convalidação; discricionariedade e vinculação.
- 5 Organização administrativa: administração direta e indireta; centralizada e descentralizada; autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e consórcios públicos.
- 6 Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação.
- 7 Servidores públicos: cargo, emprego e função públicos.
- 8 Lei nº 8.112/90 (regime jurídico dos servidores públicos civis da União): Das disposições preliminares; Do provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição. Dos direitos e vantagens: do vencimento e da remuneração; das vantagens; das férias; das licenças; dos afastamentos; do direito de petição. Do regime disciplinar: dos deveres e proibições; da acumulação; das responsabilidades; das penalidades.
- 9 Processo administrativo (Lei nº 9.784/99): das disposições gerais; dos direitos e deveres dos administrados.
- 10 Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; responsabilidade civil do Estado.
- 11 Lei nº 8.429, de 2/6/92: das disposições gerais; dos atos de improbidade administrativa. 12 Licitações e Contratos administrativos.
 - 12.1 Lei nº 8.666/93: Conceito, finalidade, princípios, objeto, obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedações, modalidades, procedimentos, anulação e revogação, sanções, pregão presencial e eletrônico, sistema de registro de preços.
 - 12.2 Lei nº 10.520/2002. Características do contrato administrativo. Formalização e fiscalização do contrato. Aspectos orçamentários e financeiros da execução do contrato. Sanção administrativa. Equilíbrio econômico-financeiro. Garantia contratual.

7. DIREITO DO TRABALHO

1. Dos princípios e fontes do Direito do Trabalho. Fundamentos do Direito do Trabalho. Tendências atuais do Direito do Trabalho: flexibilização e regulamentação.
- 2 Dos direitos constitucionais dos trabalhadores (art. 7.º da CF/88).
- 3 Da relação de trabalho e da relação de emprego: requisitos e distinção; relações de trabalho lato sensu: trabalho autônomo, trabalho eventual, trabalho temporário e trabalho avulso.
- 4 Dos sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu: do empregado e do empregador: conceito e caracterização; dos poderes do empregador no contrato de trabalho.
- 5 Do grupo econômico; da sucessão de empregadores; da responsabilidade solidária. 6 Do contrato individual de trabalho: conceito, classificação e características.
- 7 Da alteração do contrato de trabalho: alteração unilateral e bilateral; o jus variandi.
- 8 Da suspensão e interrupção do contrato de trabalho: caracterização e distinção.
- 9 Da rescisão do contrato de trabalho: das justas causas; da despedida indireta; da dispensa arbitrária; da culpa recíproca; da indenização.
- 10 Do aviso prévio.
- 11 Da estabilidade e garantias provisórias de emprego: das formas de estabilidade; da despedida e da reintegração de empregado estável.

- 12 Da duração do trabalho; da jornada de trabalho; dos períodos de descanso; do intervalo para repouso e alimentação; do descanso semanal remunerado; do trabalho noturno e do trabalho extraordinário; do sistema de compensação de horas.
- 13 Do salário-mínimo: irredutibilidade e garantia.
- 14 Das férias: do direito a férias e da sua duração; da concessão e da época das férias; da remuneração e do abono de férias.
- 15 Do salário e da remuneração: conceito e distinções; composição do salário; modalidades de salário; formas e meios de pagamento do salário; 13º salário.
- 16 Da equiparação salarial; do princípio da igualdade de salário; do desvio de função. 17 Do FGTS.
- 18 Da prescrição e decadência.
- 19 Da segurança e medicina no trabalho: da CIPA; das atividades insalubres ou perigosas.
- 20 Da proteção ao trabalho do menor.
- 21 Da proteção ao trabalho da mulher; da estabilidade da gestante; da licença-maternidade.
- 22 Do direito coletivo do trabalho: da liberdade sindical (Convenção n.º 87 da OIT); da organização sindical: conceito de categoria; categoria diferenciada; das convenções e acordos coletivos de trabalho.
- 23 Do direito de greve; dos serviços essenciais.
- 24 Das comissões de Conciliação Prévia.
- 25 Da renúncia e transação.
26. Dano moral nas relações de trabalho.
- 27 Súmulas da jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho sobre Direito do Trabalho.

8. DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

- 1 Da Justiça do Trabalho: organização e competência.
- 2 Das Varas do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho: jurisdição e competência. Conflito de competência.
- 3 Dos serviços auxiliares da Justiça do Trabalho: das secretarias das Varas do Trabalho; dos distribuidores; dos oficiais de justiça e oficiais de justiça avaliadores.
- 4 Do Ministério Público do Trabalho: organização.
- 5 Do processo judiciário do trabalho: princípios gerais do processo trabalhista (aplicação subsidiária do CPC).
- 6 Dos atos, termos e prazos processuais.
- 7 Da distribuição.
- 8 Das custas e emolumentos.
- 9 Das partes e procuradores; do jus postulandi; da substituição e representação processuais; da assistência judiciária; dos honorários de advogado.
- 10 Das nulidades.
- 11 Das exceções.
- 12 Das audiências: de conciliação, de instrução e de julgamento; da notificação das partes; do arquivamento do processo; da revelia e confissão.
- 13 Das provas.
- 14 Dos dissídios individuais: da forma de reclamação e notificação; da reclamação escrita e verbal; da legitimidade para ajuizar.
- 15 Do procedimento ordinário e sumaríssimo.
- 16 Dos procedimentos especiais: inquérito para apuração de faltagrave, ação rescisória e mandado de segurança.

- 17 Da sentença e da coisa julgada; da liquidação da sentença: por cálculo, por artigos e por arbitramento.
- 18 Dos dissídios coletivos: extensão, cumprimento e revisão da sentença normativa.
- 19 Da execução: execução provisória; execução por prestações sucessivas; execução contra a Fazenda Pública; execução contra a massa falida.
- 20 Da citação; do depósito da condenação e da nomeação de bens; do mandado e penhora; dos bens penhoráveis e impenhoráveis; da impenhorabilidade do bem de família (Lei nº 8.009/90).
- 21 Dos embargos à execução; da impugnação à sentença; dos embargos de terceiros.
- 22 Da praça e leilão; da arrematação; da remição; das custas na execução.
- 23 Dos recursos no processo do trabalho.
23. Reclamação correicional.
24. Procedimentos especiais na Justiça do Trabalho: ação rescisória, ação cautelar e antecipação de tutela.
25. Mandado de Segurança na Justiça do Trabalho.
- 26 Súmulas da jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho sobre Direito Processual do Trabalho.
- 27 Processo Judicial Eletrônico - PJE: Lei nº 11.419/2006; Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001; Resolução nº 94, de 23/03/2012, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho .

9. DIREITO CIVIL

1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: vigência, aplicação, interpretação e integração das leis; conflito das leis no tempo; eficácia da lei no espaço.
2. Pessoas Naturais: da Personalidade e da Capacidade. dos direitos da personalidade. Da ausência
3. Pessoas jurídicas. Da desconsideração da personalidade jurídica.
4. Domicílio civil.
5. Fatos jurídicos: dos negócios jurídicos; dos atos jurídicos lícitos; dos Atos Ilícitos.
6. Prescrição e decadência.
7. Direito das obrigações.
8. Da Responsabilidade Civil.
9. Preferências e privilégios creditórios.
10. Contratos: das disposições gerais; da prestação de serviço; da empreitada; do mandato; da transação.
11. Direitos reais: do penhor; da hipoteca e da anticrese.

10. DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 1 Da jurisdição e da ação: conceito, natureza e características; das condições da ação.
- 2 Das partes e procuradores: da capacidade processual e postulatória; dos deveres e da substituição das partes e procuradores.
- 3 Do litisconsórcio e da assistência.
- 4 Da intervenção de terceiros: oposição, nomeação à autoria, denunciação à lide e chamamento ao processo.
- 5 Do Ministério Público.
- 6 Da competência: em razão do valor e da matéria; competência funcional e territorial; modificações de competência e declaração de incompetência.
- 7 Do Juiz.

- 8 Dos atos processuais: da forma dos atos; dos prazos; da comunicação dos atos; das nulidades.
- 9 Da formação, suspensão e extinção do processo.
- 10 Do processo e do procedimento; dos procedimentos ordinário e sumário.
- 11 Do procedimento ordinário: da petição inicial: requisitos, pedido e indeferimento.
- 12 Da resposta do réu: contestação, exceções e reconvenção.
- 13 Da revelia.
- 14 Do julgamento conforme o estado do processo.
- 15 Das provas: ônus da prova; depoimento pessoal; confissão; provas documental e testemunhal.
- 16 Da audiência: da conciliação e da instrução e julgamento.
- 17 Da sentença e da coisa julgada.
- 18 Da liquidação e do cumprimento da sentença.
- 19 Da ação rescisória.
- 20 Dos recursos: das disposições gerais.
- 21 Do processo de execução: da execução em geral; das diversas espécies de execução: execução para entrega de coisa, execução das obrigações de fazer e de não fazer.
- 22 Dos embargos do devedor.
- 23 Da execução por quantia certa contra devedor solvente.
- 24 Da remição.
- 25 Da suspensão e extinção do processo de execução.
- 26 Do processo cautelar; das medidas cautelares: das disposições gerais; dos procedimentos cautelares específicos: arresto, sequestro, busca e apreensão, exibição.
- 27 Dos procedimentos especiais: ação de consignação em pagamento; embargos de terceiro; ação monitoria.
- 28 Da impenhorabilidade do bem de família (Lei n.º8.009/90).

11. DIREITO PREVIDENCIÁRIO

- 1 Seguridade social: conceito; organização e princípios constitucionais.
- 2 Regime Geral da Previdência Social: beneficiário, benefícios e custeio (Leis nº8.212/91 e 8.213/91). Seguridade Social do Servidor Público: noções gerais, benefícios e custeio. Previdência Complementar (Lei Complementar nº 109/2001). Relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar (Lei Complementar nº108/2001). Lei nº 12.618/2012 (Regime de Previdência Complementar para os Servidores Públicos Federais).

12. DISCURSIVA

Na Prova Discursiva para o cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária e Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal serão apresentadas duas questões, em relação ao qual o candidato deverá demonstrar conhecimento técnico jurídico, conforme conteúdo programático de Conhecimentos Específicos do Anexo III deste Edital, adequado às atribuições do cargo. Na avaliação da Prova Discursiva será considerado o domínio do conteúdo aplicado, a precisão da linguagem jurídica, a fluência e coerência da exposição e a correção gramatical.